

Expertises, tecnologias e produção de conhecimentos sobre remoção de populações: estudo a partir do caso de duplicação da Av. Tronco em Porto Alegre-RS

Juliana Feronatto Mesomo¹

Resumo: Este trabalho abordará o segundo capítulo de minha dissertação de mestrado, que tratou do processo de remoção das famílias atingidas pela duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre-RS. Para viabilizar a obra viária, a Prefeitura mobilizou uma série de tecnologias que deveriam concretizar a remoção dos moradores afetados pela intervenção. Estas tecnologias foram postas em funcionamento através do trabalho dos funcionários do Escritório Nova Tronco, que estavam incumbidos de negociar diretamente com as pessoas atingidas pela obra sua saída do local. Ao longo deste texto, mostrarei que o objetivo da *expertise* mobilizada no Escritório Nova Tronco não se restringe unicamente a facilitar o desencadeamento das tecnologias de remoção. Este espaço de atendimento também se ocupa da resolução de problemas decorrentes da aplicação de referidas tecnologias. Além disso, os funcionários do Escritório operam uma espécie de mediação entre os imperativos da remoção, por um lado, e as expectativas dos moradores da zona, por outro. Assim, necessitam refletir com cuidado sobre os mecanismos que manejam, levando em conta os conhecimentos e os parâmetros éticos desenvolvidos em outros momentos de suas trajetórias pessoais e profissionais e na interação com os moradores atingidos. Concluo que, através de uma articulação entre resolução de problemas e reflexão ética sobre os mecanismos da remoção, os funcionários vão construindo um tipo singular de conhecimento sobre a intervenção urbanística que eles devem respaldar.

Palavras-chaves tecnologias, expertise, remoções, megaeventos, produção de conhecimento

A duplicação da Avenida Tronco foi anunciada em 2010, juntamente com as demais intervenções que seriam realizadas em Porto Alegre afim de receber os jogos da Copa do Mundo FIFA em 2014. A obra implicava o deslocamento de cerca de 1.500 famílias estabelecidas na Grande Cruzeiro, região que abriga o maior complexo de vilas da cidade². A prefeitura justificou o projeto sublinhando sua importância para o trânsito urbano e suas consequências benéficas enquanto habitacional que reassentaria moradores “irregulares” em novas habitações. A vinculação da obra com o calendário do

¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² A avenida liga o Centro à Zona Sul da cidade e passa por três regiões administrativas: Cristal, Cruzeiro e Glória. A maioria das casas impactadas localiza-se em vilas que pertencem ao complexo chamado Grande Cruzeiro.

megaevento futebolístico explicou a urgência do seu início e permitiu o fluxo de recursos federais de financiamento.

Para viabilizar a duplicação da avenida Tronco, a Prefeitura mobilizou uma série de tecnologias que deveriam concretizar a remoção dos moradores afetados pela obra. “Tecnologias” são procedimentos mais ou menos formalizados que, nos termos de Aihwa Ong e Stephen Collier, permitem alcançar “determinados fins ou objetivos, sejam eles tecnocientíficos, organizacionais ou administrativos” (ONG; COLLIER, 2005, p. 8, *tradução minha*). As tecnologias destinadas a remoção e reassentamento dos moradores da Grande Cruzeiro, só puderam ser postas em funcionamento através do trabalho dos funcionários do Escritório Nova Tronco, que estavam incumbidos de negociar diretamente com as pessoas atingidas pela obra sua saída do local. O Escritório foi instalado no começo de 2012, em meio a protestos dos moradores por falta de informações sobre a obra e o reassentamento³. De acordo com o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), a função do Escritório Nova Tronco seria “atender às comunidades da região e sanar todas as dúvidas sobre as questões habitacionais do Projeto da Nova Tronco”⁴.

Desde a instalação do novo espaço de atendimento institucional na Vila Cruzeiro, a implementação das tecnologias de remoção mobilizadas pela Prefeitura passou a depender diretamente dos esforços e da *expertise* desenvolvidos pelos funcionários que trabalhavam no local. Para Nikolas Rose (2011), uma das características inerentes à operatória das expertises é a reivindicação de uma capacidade de dizer verdade e atuar em seu nome que encontra-se respaldada no manejo da técnica. Ao longo deste texto, mostrarei que o objetivo da *expertise* mobilizada no Escritório Nova Tronco não se restringe unicamente a facilitar o desencadeamento das tecnologias de remoção. Este espaço de atendimento também se ocupa da resolução de problemas decorrentes da aplicação de referidas tecnologias. Além disso, os funcionários do Escritório também operam uma espécie de mediação entre os imperativos da remoção,

³ Os moradores da região Cristal, articulados no Comitê Popular da Copa-Cristal, espaço de problematização sobre os impactos da remoção, fizeram uma série de assembleias e caminhadas para denunciar a falta de informações sobre a obra e o reassentamento ao longo de 2011. Em 2012, após a instalação do Escritório, realizaram uma campanha chamada Chave por Chave para anunciar à Prefeitura que só sairiam das suas casas mediante uma alternativa permanente de reassentamento. A influência do Comitê sobre os marcos da remoção são tratados com mais detalhes na dissertação (MESOMO, 2014).

⁴ Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=130. Consulta em 30/04/2015.

por um lado, e as expectativas dos moradores da zona, por outro. Por esta razão eles necessitam refletir com cuidado sobre os mecanismos que manejam, levando em conta os conhecimentos e os parâmetros éticos desenvolvidos em outros momentos de suas trajetórias pessoais e profissionais. Através de uma articulação entre resolução de problemas e uma reflexão permanente sobre este processo, os funcionários vão construindo um tipo singular de conhecimento sobre a intervenção urbanística que eles devem respaldar.

No primeiro tópico deste trabalho, discorro brevemente sobre os principais mecanismos utilizados para viabilizar a remoção e seus *efeitos*. No tópico seguinte, demonstro algumas formas através das quais os funcionários lidam com estes *efeitos* ou “problemas” decorrentes da intervenção. No terceiro tópico, abordo alguns momentos em que eles refletem eticamente sobre seu trabalho, seja por assédio dos moradores ou por iniciativa própria. Por fim, concluo algumas linhas sobre o tipo de conhecimento construído pelos funcionários a partir da experiência da remoção.

Tecnologias de remoção

Um ano depois de anunciada a obra de duplicação da Avenida Tronco, em 2011, a Prefeitura iniciou um levantamento sócio-econômico sobre a população atingida para estimar os custos do reassentamento. Paralelo a isso, realizou um cadastramento, com a finalidade de registrar as moradias, estabelecimentos comerciais e templos religiosos que seriam removidos. A empresa contratada para o serviço identificou os atingidos segundo os seguintes critérios: famílias e desdobramentos familiares identificados no momento do cadastro, posseiras, pessoas que moram de aluguel e inquilinos de casas cedidas. No início desta operação, no entanto, moradores de uma das vilas atingidas se negaram a responder o cadastramento, já que ainda não havia esclarecimentos sobre como aconteceria o reassentamento⁵.

⁵ A iniciativa aconteceu nas vilas da região Cristal, através das mobilizações do Comitê Popular da Copa-Cristal. Naquela ocasião, também pressionava-se a Prefeitura para que realizasse o reassentamento das famílias na mesma região da intervenção (ver nota 5).

Durante o período de cadastramento, as casas atingidas começaram a ser sinalizadas com números acompanhados do símbolo do DEMHAB. A cada unidade habitacional correspondiam “núcleos familiares” que, de posse do cadastro, poderiam acessar o direito ao reassentamento. Para tramitar sua saída, os moradores deveriam acorrer ao Escritório Nova Tronco, onde eram atendidos por funcionários do DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) que administravam as etapas do processo de concessão das alternativas de reassentamento. Nenhuma destas alternativas indenizava a posse dos terrenos, já que a grande maioria dos moradores não possuíam título de propriedade sobre os imóveis. Aqueles moradores mais antigos e que investiram anos de trabalho na construção das suas casas sentiram-se prejudicados, pois os valores concedidos não permitiam a compra de uma residência de mesma qualidade e com boa localização.

Havia três alternativas de reassentamento definitivo que os moradores poderiam acessar: a indenização, o Bônus-Moradia e os apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que serão construídos na região⁶. A primeira consistia no pagamento pelas benfeitorias atingidas pela obra. Para isso, o DEMHAB enviava uma empresa de engenharia contratada, que tirava fotos e estimava o valor do imóvel. Nessa avaliação eram apreciados apenas os materiais usados na construção (janelas, portas, tamanho das peças e da construção, etc.), sendo desconsiderado o terreno. O valor avaliado era concedido diretamente ao morador atingido.

A segunda alternativa de reassentamento era Bônus-Moradia, que consistia em um valor (R\$52.340,00, no final de 2013) concedido pelo DEMHAB para que o morador adquirisse uma nova habitação, independentemente do valor da sua casa atual.

⁶ Os planos da Prefeitura eram construir novas unidades habitacionais para as famílias removidas da área através do programa federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em terrenos fora da região, nas chamadas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), localizadas nas áreas periféricas da cidade. A exigência de reassentamento na mesma região da intervenção foi suspensa, em 2010, para o caso de obras para a Copa do Mundo. Porém, através de uma iniciativa do Comitê Popular da Copa e residentes da região Cristal, criou-se uma Comissão de Moradores, em 2010, que levantou terrenos disponíveis para desapropriação na região da obra. Um relatório foi entregue a representantes da administração municipal em setembro de 2010, em uma assembleia de moradores. Seguem-se algumas mobilizações de rua, caminhadas, manifestações e assembleias na região, para “pressionar” o poder público municipal a adquirir as áreas. No primeiro semestre de 2011, publica-se no Diário Oficial o gravame destes terrenos como áreas de utilidade pública e dá-se início ao processo de desapropriação. Assim, dos dezessete terrenos indicados por esta Comissão, treze foram desapropriados pela Prefeitura. Esta iniciativa significou um giro importante na definição dos marcos da remoção, garantindo a desapropriação das áreas para a construção das novas moradias na região da intervenção.

O atingido pela obra deveria procurar um imóvel de sua preferência “em qualquer local do país”. Acordado o negócio com o vendedor, o DEMHAB comprava seu imóvel e repassava o título de propriedade ao beneficiário. Os moradores atingidos não poderiam dispor deste dinheiro, pois ele deveria ser repassado diretamente ao proprietário do imóvel a ser adquirido. Este precisava ser regular, possuir documentação em dia e só poderia ser vendido após cinco anos de escrituração. Com tal recurso era difícil encontrar casas “regularizadas” em regiões próximas, razão pela qual os atingidos terminavam localizando interessados apenas em bairros periféricos, na Região Metropolitana ou até mesmo no litoral. Frequentemente os vendedores moravam no imóvel que lhes interessava vender e necessitavam com certa urgência do dinheiro que seria disponibilizado pelo DEMHAB. Frente à demora nos trâmites por parte da Prefeitura, muitas vezes os vendedores acabavam desistindo do negócio. Quando isso acontecia, o morador atingido deveria recomeçar a busca por uma nova residência, sendo comum que isso acontecesse três ou quatro vezes até que o negócio fosse fechado, numa espera que poderia levar meses ou anos (no caso de uma das interlocutoras desta pesquisa). O Bônus-Moradia não era uma alternativa para todos. No início de 2014 já havia sido suspenso e cerca de 500 pessoas haviam tramitado ou seguiam tramitando seu reassentamento através dele. Os demais deveriam acorrer aos apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A terceira alternativa era mudar-se para os apartamentos do PMCMV que serão construídos na região. Trata-se de imóveis para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, com as especificações mínimas – 42 m², com sala, um dormitório para casal e um dormitório para duas pessoas, cozinha, área de serviço e banheiro. Embora a obra viária tenha começado em maio de 2012, o edital para projetos habitacionais somente foi aberto em julho daquele ano. Nos terrenos destinados à construção há placas sinalizando os futuros empreendimentos mas não há previsão de quando os apartamentos ficarão prontos. Enquanto isso não acontecia e afim de viabilizar a remoção para que a obra viária siga seu cronograma, aqueles que irão para o MCMV deveriam acessar o Aluguel Social.

O Aluguel Social vinha sendo anunciado pela Prefeitura como alternativa transitória prévia a mudança para os apartamentos do MCMV e tratava-se, portanto, de um benefício temporário. No valor de R\$500,00 por mês para o caso da Av. Tronco – “quantia equivalente ao custo de um aluguel popular”, segundo o DEMHAB – o

subsídio era concedido durante seis meses e poderia ser renovado. O contrato era realizado entre o DEMHAB e o beneficiário, que recebia o valor e repassava para o locador do imóvel.

Após assinados os contratos de concessão dos benefícios, o morador assinava um termo de transferência da posse do seu imóvel à Prefeitura. O DEMHAB, então, procedia à demolição da construção. Essa prática era justificada em função da possibilidade de reocupação das casas. Com o mesmo argumento, a Prefeitura justificou o não recolhimento dos entulhos que restavam, para que não se pudesse reconstruir sobre os terrenos. Estes entulhos causaram alguns acidentes⁷ e tornaram bastante difícil o dia-a-dia daqueles que permaneciam na região. A remoção ia se materializando num entorno convertido em ruínas: casas demolidas, entulhos, ratos, esgoto aberto e lixo. Muitas casas restavam sozinhas no meio dos entulhos, o que causava uma sensação de isolamento e uma sensação de “pressão para sair”, como relataram alguns moradores. Defino este efeito de transformação do espaço desencadeado pelas tecnologias de remoção como uma *precarização do entorno*.

Da mesma forma, a espera continuada pelos trâmites, a busca indefinida por uma nova moradia, no caso daqueles que optavam pelo Bônus-Moradia, e a incerteza sobre o reassentamento (ao constatar que o início da construção dos apartamentos não iniciava), produziam uma verdadeira *suspensão do cotidiano* entre os moradores atingidos. Ou seja, um momento ambivalente em que sabiam que não poderiam mais estar em suas moradias e tampouco tinham segurança de para onde iriam. A vontade de reatar o cotidiano, através de um bom desfecho do reassentamento, ao mesmo tempo que alentava os moradores a tramitar sua saída, provocava “problemas” aos funcionários que os atendiam. Era então necessário desenvolver estratégias para lidar com os *efeitos* da remoção que chegavam ao Escritório Nova Tronco.

Tecnologias e problemas

⁷ No dia 10 de outubro de 2014, uma criança, no bairro Cristal, tropeçou em uma pedra em meio aos entulhos de um terreno esvaziado havia 8 meses e teve a perna perfurada por uma viga de ferro. Ver reportagem “Menino se fere em entulhos da Avenida Tronco” disponível em: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2014/10/menino-se-fere-em-entulhos-da-avenida-tronco-4617876.html> Acesso em 14/10/2014

Para Beatriz, funcionária do Escritório Nova Tronco, uma das atividades principais desempenhadas ali era lidar com a “ansiedade”, a “irritação”, a “raiva” dos moradores atendidos: “a parte mais trabalhosa é acalmar o povo, pedir paciência. As pessoas ficam nervosas por causa do impacto que está dando isso aqui, porque elas têm que sair. Muitas já saíram. As outras agora querem sair, ficam nessa ansiedade”, conta. Segundo ela, essas “emoções” que a intervenção provoca nas pessoas são “problemas” com os quais é possível “lidar” através de uma série de técnicas, entre elas, a “mediação de conflitos” e o “trabalho de acolhimento”.

O espaço de entrada do Escritório era denominado por Beatriz como um lugar de “acolhimento”, onde se fazia um trabalho de recepção aos moradores e de “contenção” das emoções que os abalavam. Tratava-se de uma sala com cadeiras para que os moradores aguardassem sentados o atendimento. Beatriz procurava ser amável e atenciosa com aqueles que chegavam, revisava a agenda com os horários de atendimentos e pedia aos estagiários que conferissem nos computadores a situação dos processos. Quando assumiu seu posto no Escritório, já iniciada a intervenção, ela reorganizou a forma de receber os moradores, instituindo os “agendamentos” de acordo com a prioridade para cada dia da semana – um dia para receber aqueles que estão vendendo imóveis, outro para tratar da avaliação das benfeitorias, outro para o Aluguel Social, etc. Este tipo de procedimento, segundo ela, “deixou tudo mais calmo”: “antes era um tumulto, tinha muita briga. Era um sistema de fichas. Agora a gente consulta os processos, faz ligação, faz agendamento, organiza. Antes era um diz-que-me-diz, ninguém sabia o que estava acontecendo. Mas agora com as informações corretas estão se acalmando. Quando tu dá uma informação correta eles ficam mais tranquilos, satisfeitos. Se tu fazes agendamento, eles se sentem mais importantes. Estão se adaptando ao processo, mas fica o aprendizado, de na próxima vez não fazer tudo atropelado”. Tratar bem os moradores atingidos, com carinho, amizade, respeito e consideração faz parte deste trabalho de “acolhimento”, segundo ela. O tratamento afável é valorizado pelos que são atendidos, mas é visto como pouco eficaz: “eles nos tratam bem aqui. Mas é muito tapinha nas costas. Enquanto isso, seguem nos enrolando”, comentava uma moradora.

Outro “problema” instalado pelos mecanismos da remoção, que precisa ser resolvido através do Escritório, refere-se à definição de quem são os moradores “de fato” da casa atingida. Caso uma pessoa ou família ainda não esteja incluída no cadastro (realizado em 2011), pode-se solicitar uma *inclusão cadastral* na forma da “regularização cadastral” ou do “desdobramento familiar”, agregando-se mais um núcleo familiar como morador de uma mesma residência. A regularização é usada quando a pessoa que respondeu ao cadastro inicial em 2011 tem contestada sua posse por outra pessoa, seja por haver se mudado, seja por estar ocupando apenas temporariamente a casa naquele momento. Neste caso, frequentemente instala-se uma disputa para definir quem tem potestade sobre o cadastro e sobre o direito ao reassentamento.

A necessidade de definir quem eram os atingidos e, portanto, os “reais” beneficiários do reassentamento, defrontava os funcionários com um leque extremamente diverso de formas de utilização da moradia. Além disso, constatavam uma intensa “mobilidade” das pessoas, ou seja, a mudança constante de casa, de bairro e até de cidade. Isto sem mencionar as trocas de casas feitas entre parentes e conhecidos. Estas práticas tornavam-se problemáticas para o trabalho dos funcionários, que precisavam definir um número limitado de beneficiários do reassentamento, frente à afluência de muitas pessoas ou famílias interessadas em acessar o benefício.

A tentativa de resolução deste problema acontecia, no momento em que fiz minha pesquisa, através de uma técnica formalizada, as “visitas investigativas” da agente comunitária Telma. A fim de verificar se a pessoa que requisitou o “desdobramento familiar” ou a “regularização cadastral” realmente morava na casa atingida, Telma fazia visitas *in loco*, entrevistava vizinhos e tratava de certificar-se de que a moradia estava ocupada pelo indivíduo em questão. Aplicava também um questionário com perguntas sobre o tempo de moradia, os outros ocupantes da casa, etc., e conferia o documento de identidade. Ao final, produzia um relatório com suas conclusões.

As visitas eram feitas durante o horário de funcionamento do Escritório, entre as 9h e as 17h. Algumas pessoas encontravam-se trabalhando nestes momentos e Telma precisava adaptar as visitas à estas situações. Se Telma não desconfiava da boa índole

do requerente, como me comentou, avisava por celular ou buscava combinar previamente o dia da visita para que a pessoa pudesse estar em casa naquele momento. Para mitigar o efeito da própria técnica das “visitas investigativas”, Telma precisava imaginar as necessidades das pessoas que ela visitava, procurando refletir sobre a melhor maneira de proceder levando frente a situação e as expectativas de cada morador atingido.

Na tentativa de mediar expectativas dos moradores com os objetivos da remoção, um novo arranjo foi criado, a partir de uma forma de proceder local que é a permuta de imóveis. A permuta foi um mecanismo incorporado para “atender” aquelas famílias que gostariam de permanecer na região, segundo os funcionários. Esta modalidade foi-me apresentada como uma “demanda da comunidade”: “a ideia foi trazida pelos próprios moradores” comenta Beatriz – “queremos contemplar todas as vontades, quem não quiser sair não precisa”, diz. Cláudia, outra funcionária, comenta o seguinte: “o trabalho de remoção não é estanque, a permuta surgiu ao longo do processo”. A operação consiste em uma transferência de posse firmada em cartório e uma regularização cadastral. A pessoa que possui “um cadastro” o concede para outra que oferece sua casa (em uma região não atingida pela obra) em troca. Quem assume o cadastro tem direito a acessar o reassentamento. Portanto, faz parte do trabalho dos funcionários lidar com os efeitos da remoção, que são tomados por eles como “problemas” que podem ser resolvidos através de determinadas técnicas ou da criação de novos arranjos. Estas técnicas, como veremos no próximo tópico, são objeto de reflexão ética e política no momento de sua aplicação.

Reflexões éticas: compromisso e proximidade

Dar materialidade ao imperativo da remoção e desenvolvê-lo com eficiência não são os únicos objetivos do trabalho dos funcionários. Sua reflexão sobre os mecanismos também inclui a pergunta pela ética e pela política, seja por interpelação dos moradores atingidos ou por iniciativa própria. Segundo Beatriz, o “mediador” (nome dado por ela à

atividade de atenção ao público-alvo de políticas públicas) deve ter uma dedicação pessoal, profissional e política profunda com as pessoas; dedicação que ela sintetiza com a expressão “tomar [o] trabalho como uma luta”. Nos relatos de Beatriz, sua trajetória (que a habilita para atuar nestes tipos de intervenção) alia atuação política (militância em partidos e agrupações de jovens; cargos em governos), “trabalho comunitário” e formação técnica. Este compromisso pessoal, no entanto, implica alguns cuidados para não afetar-se demasiado com os sofrimentos e emoções dos atendidos. Sendo o “mediador” entre os “problemas da Prefeitura” e os “problemas” dos atingidos pela remoção, o trabalho pode muitas vezes ser desgastante.

Aqui tu tem que ter muito discernimento e sangue frio para poder atender. Cada um traz a sua carga emocional e tu tem que saber trabalhar isso, cada um tem seus problemas. É o coletivo que tu estás trabalhando, com a questão da obra, do projeto. Mas ao mesmo tempo tu tens que respeitar a individualidade de cada um. Tem que ter uma resiliência para poder trabalhar aqui. Tem que gostar bastante de ficar aqui, porque senão tu não te adapta mesmo. Tem que saber não somatizar os problemas, saber separar bem o trabalho do resto. Num trabalho com comunidade às vezes tu não tem nem tempo para ti. No outro projeto que eu trabalhava [remoção e reassentamento do Projeto Integrado Entradas da Cidade], era 24 horas me ligando para resolver coisas. Mas eu fiquei com uma amizade legal lá, posso não ter resolvido o problema da Prefeitura, e o problema de todo mundo lá, porque tem gente que não tinha como. Mas pelo menos garantimos a qualidade no atendimento, a amizade, o companheirismo, a compreensão, estar entendendo as coisas. E falar a verdade sempre, não enganar, não mentir para as pessoas. Tentar que elas participem junto do processo é muito importante. Trazer elas. Calçar os sapatos delas, mas eles também calçarem o teu. Ao mesmo tempo eles tem que entender como funciona, é uma via de mão dupla.

A reflexão ética é feita através do exercício de “calçar os sapatos [das pessoas]” e perguntar-se se a intervenção é correta deste ponto de vista. Este exercício é facilitado pela relação de identificação, por um lado, de alguns funcionários com aquela população e, por outro, pela relação de proximidade, que permite que lhe cheguem críticas, queixas, insultos por parte dos moradores, mas também elogios e afetos. Este “colocar-se no lugar do outro” é um elemento importante do trabalho dos funcionários devido a sua versatilidade. Pode servir de mote tanto para a reflexão ética sobre os mecanismos, quanto para estabelecer um canal de “compreensão mútua” entre eles e os atingidos, como colocou Beatriz.

Gustavo, por exemplo, que trabalhava no “acolhimento” inicial e nos trabalhos administrativos e demais operações “de campo” – tais como as demolições –, ao refletir sobre seu trabalho, concluiu que “os problemas deles são os mesmos que os meus”. Sua identificação e empatia em relação aos moradores lhe permite ver os pontos que considera negativos e positivos do seu trabalho, em relação às preocupações das pessoas atingidas que ele considera próximas às suas.

Eu trabalho no DEMHAB há 27 anos. Comecei dirigindo caminhão, nas construções de casas do DEMHAB, levantando casa, da produção habitacional. Depois passei para o monitoramento, fiscalização. Quando tinha denúncias de casas invadidas, nós íamos lá verificar e tirar a pessoa ou família. Era um trabalho difícil, porque muitas vezes as pessoas não tinham para onde ir, mas nós precisávamos tirá-las dali, porque não pode comprar ou vender casas produzidas pelo Departamento. Esse era o meu trabalho. Então me passaram para o Escritório agora, faz dois anos, desde o começo estou aqui. Eu gosto, é trabalho, tenho que trabalhar, tenho família. O único problema é que aqui é longe da minha casa, moro na Restinga. Estou vendo se consigo transferência para a unidade do Departamento que fica lá no bairro. Porque eu tenho crianças pequenas, dois filhos, um de 10 e outra de 8 anos, que ficam sozinhos em casa. Minha mulher trabalha fora também e não temos família perto. E agora tem muitos problemas de violência lá, tráfico, tiroteio, tá muito difícil mesmo. Antes não era assim, tão perigoso. Então tem que cuidar para eles não ficarem muito na rua, nós pedimos para os vizinhos cuidarem um pouco, mas eu fico com o coração na mão, fico muito preocupado aqui o dia inteiro pensando nisso. Se eu pudesse trabalhar lá perto seria melhor, podia ficar de olho, almoçar com eles, qualquer coisa que acontecesse estaria perto. Então, eu gosto de trabalhar no DEMHAB, mas queria me transferir para lá porque isso me angustia muito. Às vezes eu olho né... as pessoas que vem aqui, os problemas que eles tem muitas vezes são os mesmos que os meus, que moro lá na Restinga. Eu aqui angustiado, preocupado, e eles chegam para ser atendidos, estão com as mesmas preocupações que eu. Então é um trabalho bom, eu poder ajudá-los a resolver os problemas, a ter uma casinha melhor, num lugar mais tranquilo.

As relações de proximidade são exploradas também pelos moradores, através dos atos de “pressionar” ou “brigar” com os funcionários, a fim de resolver seus trâmites e vencer a demora. Os moradores dão a conhecer sua leitura sobre o trabalho dos funcionários através de manifestações de afeto. No fim de um expediente no Escritório, uma senhora idosa trouxe um bolo para presentear os funcionários. Gustavo lhe agradece muito carinhosamente: “Ôh vizinha, não precisava... muito obrigado. Tu és sempre tão querida”.

Os funcionários, portanto, estão frequentemente refletindo, fazendo escolhas éticas e buscando mediar as expectativas dos moradores e os objetivos da remoção – “respeitando as individualidades”, como refere Beatriz. Através dessa reflexão ética, da composição de estratégias e da criação de técnicas ou novos arranjos para resolução de “problemas” eles vão tecendo um conhecimento sobre a intervenção urbanística com a qual estão comprometidos.

Construindo um conhecimento sobre remoções

Ao serem indagados sobre que tipo de capacidades são necessárias para trabalhar em intervenções deste tipo, os funcionários destacaram o conhecimento adquirido em situações práticas. Através do escrutínio e da resolução dos problemas que vão surgindo em decorrência da própria intervenção, vão adquirindo uma espécie de *savoir-faire*, uma técnica que se desenvolve na prática, observando e aprendendo com colegas no dia-a-dia. Segundo Beatriz, por exemplo, sua formação demandou muito estudo – cursou Sociologia e Serviço Social, ambas sem concluir – mas a “parte mais importante é aquela mais prática”, que foi sendo adquirida na experiência com outros processos de remoção. Da mesma forma, Telma, formada em Serviço Social, diz que as habilidades mais importantes como agente comunitária foram aprendidas ao longo dos anos de serviços. “É difícil alguém me enganar, percebo na hora. Estou há anos trabalhando com comunidades como esta”, diz em relação às suas visitas investigativas. Nas palavras de Beatriz:

Fui aprendendo com a experiência diária, com os colegas no projeto do PIEC⁸, com a equipe do Social (Atendimento Social do DEMHAB), com a equipe de engenharia... a entender o que é um plano urbanístico, o Cadastro, como funciona um orçamento, as legislações, e comecei a participar das reuniões na comunidade. Tinha que discutir o projeto, eu

⁸ O PIEC, gerido pela Prefeitura, é um programa de “reestruturação urbana e recuperação ambiental do acesso Norte de Porto Alegre”, que conjuga obras viárias, de “valorização paisagística”, construção de unidades habitacionais e urbanização de assentamentos irregulares. Implicou a remoção e o reassentamento de cerca de 3.700 famílias. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgae/default.php?p_secao=23 Acesso em: 25/10/2014

estava sempre junto, era sábado, domingo, eu não tinha folga [está se referindo ao seu trabalho no PIEC]. Tudo para poder entender como funcionava esse mecanismo, trabalhando com as lideranças, trabalhando com as pessoas (...) Lá eu fazia tudo praticamente sozinha. Cadastro, mudança, demolição, encaminhava o Aluguel Social, tratei das Casas de passagem⁹. Isso já me deu muita cancha [“ter cancha” é uma expressão local que significa ter habilidade, destreza, experiência em alguma atividade].

Adquirir este saber sobre remoções supõe apropriar-se das práticas normatizadas, ou seja, dos próprios mecanismos e técnicas em uso e de suas regras. No entanto, no momento em que estes mecanismos são colocados em ação pelos funcionários, surgem uma série de situações imprevisíveis. Diante da minha indagação sobre a organização formal – “como funcionava” o Escritório –, Pedro (o advogado responsável pelos Bônus-Moradia) explicou: “Não tem uma receita. Aqui a gente aprende as coisas no tranco mesmo. Tem uma série de problemas que surgem e vamos resolvendo. Não sabemos de antemão o que será e temos que correr atrás da solução”. Apropriar-se dos mecanismos, portanto, supõe aprender a adaptá-los a estas situações e a ser criativo frente a elas. Os “problemas” que afluem ao Escritório, se bem são provocados pela própria intervenção, são sempre diversos entre si. O trabalho de improviso e a capacidade de criação de alternativas frente a estes “problemas” diversos parecem ser as habilidades mais importantes a partir da qual essa *expertise* em remoção se define.

A necessidade de mediar as expectativas dos moradores e os objetivos da remoção leva a uma reflexão ética sobre os mecanismos da intervenção. Por outro lado, as relações de proximidade resultam numa influência dos moradores sobre os funcionários e numa composição com formas de proceder locais. O conhecimento construído a partir da experiência da remoção, portanto, não é exatamente o conjunto dos conhecimentos e capacidades individuais dos funcionários. Este conhecimento circula e é composto através dos diversos elementos trazidos pelos sujeitos implicados na remoção, inclusive aqueles atingidos.

⁹ As casas de passagem são “casas provisórias construídas pelo DEMHAB, em caráter coletivo e temporário, para viabilizar obras de reassentamento que ocorrem no mesmo local da ocupação”, segundo o site do Departamento, mas não foram utilizadas na remoção da Av. Tronco até o momento.

Uma parte do conhecimento produzido ali consiste em uma espécie de *savoir-faire* desenvolvido no curso da experiência cotidiana da remoção para abordar e resolver problemas frequentemente novos e imponderáveis. Tais conhecimentos podem ser lidos através da noção de estratégia. Em contraste com a lógica normativa, a característica da estratégia é sua natureza improvisadora e factícia (GORDON, 1980). Deste ponto de vista, os elementos presentes no universo da intervenção e os *efeitos* das tecnologias podem ser recursos produtivos na composição de soluções aos “problemas” identificados. A atividade da *expertise* em remoção pode, então, ser definida como uma função que integra a produção de *efeitos* (através do manejo dos mecanismos da remoção), a problematização destes *efeitos* e a produção de técnicas, arranjos e estratégias que lidem com estes *efeitos*

Bibliografia

COLLIER, S; ONG, A. Global Assemblages Anthropological Problems. In: COLLIER, S; ONG, A. (eds.) Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems. Malden, MA: Blackwell, 2005.

GORDON, Collin. *Afterwords*. In: FOUCAULT, Michel. Power/Knowledge. New York: Panteon Books, 1980.

MESOMO, Juliana. Cotidiano em suspenso: Remoção de populações e mobilização coletiva no contexto de duplicação da Avenida Tronco em Porto Alegre-RS. (Dissertação de mestrado) PPGAS-UFRGS, 2014.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos selfs. RJ: Editora Vozes, 2011.